



VOL. 6 | N. 11 | JAN/JUN DE 2020 | ISSN 2359-4489

DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS: RELAÇÕES E DINÂMICAS ENTRE PORTUGAL, ÁFRICA E AMÉRICA (SÉCULOS XVII - XIX)

Às Margens do Império, por dentro dos sobados

*Estratégias comerciais de sertanejos e centro-africanos no Planalto Central Angolano (décadas de 1840 a 1860)*¹¹⁸

Ivan Sicca Gonçalves¹¹⁹

Resumo: Durante os séculos XVI a XIX, o que hoje chamamos de Angola foi a principal região de origem de pessoas escravizadas e levadas para as Américas. Com a proibição legal desse comércio pelos portugueses a partir de 1836, ocorreram profundas transformações sociais no interior do continente, na chamada zona atlântica. Diante dessas transformações, nesse texto analisaremos os relatos diários de um comerciante do interior, um sertanejo, que procurava se adaptar a esses novos contextos, organizando caravanas de longa distância para levar ao litoral gêneros coloniais, principalmente marfim e cera, vindos de centenas de quilômetros do interior. Assim procuraremos apontar as várias estratégias dos diversos agentes envolvidos nessa rede comercial, cujo centro era o reino centro-africano do Bié.

Palavras-chave: Zona Atlântica, Sertanejos, Comércio Lícito.

On the margins of the Empire, inside the chiefdoms

Commercial strategies of “sertanejos” and Central Africans in the Central Highlands of Angola (1840s to 1860s)

Abstract: During the period between the XVIth and the XIXth centuries, the region currently called Angola was the main origin of the population of enslaved people carried to America.

¹¹⁸ Versões preliminares desse texto foram apresentadas na “Conferência Internacional - O Mundo Lusófono: Comunidades Globais e Locais”, na “IV CHAM International Conference - Innovation, Invention and Memory in Africa”, no “II Encontro do GT Regional de África da ANPUH-SP - pesquisa, ensino e movimentos sociais” e em reunião do Grupo de Estudos de África pré-colonial – GEAP da UFMG, todos ocorridos em 2019. Agradeço a todos os comentários e contribuições dos participantes desses eventos. Também esse texto contou com a leitura atenta de Franco Biondi e Jefferson Athaydes, além dos dois pareceristas anônimos, a quem agradeço pelas críticas, comentários e sugestões.

¹¹⁹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista de Mestrado processo nº 2018/13073-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Essa pesquisa também contou, em período anterior, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail de contato: ivansiccag@gmail.com

With the legal prohibition of the Atlantic Slave Trade by the Portuguese in 1836, there were profound social transformations in the interior of the continent, in the so-called Atlantic Zone. Considering these transformations, this paper will analyze the daily reports of a merchant who lived in the hinterland – a “sertanejo” – that tried to adapt to these new contexts, recruiting long-distance caravans to transport colonial goods, mainly ivory and wax, from hundreds of kilometers to the coast. So, we will point out several strategies of the various agents involved in this commercial network, whose center was the Central-African kingdom of Viye.

Keywords: Atlantic Zone, “Sertanejos”, “Legitimate” Commerce.

Introdução

Em 7 de setembro de 1863, enquanto estava estabelecido na cidade de Benguela, o comerciante António Francisco Ferreira da Silva Porto recebia o relato da prestação de contas de seu imediato, um dos seus macotas grandes¹²⁰, sobre as permutações de pacotes de fazendas (tecidos manufaturados), os chamados banzos¹²¹, realizadas pela caravana chefiada por este que vinha da terra do Lui (Barotse):

Senhor, em tal parte, um Banzo em dívida ao soba fulano; em tal parte um Banzo em dívida ao soba sicrano; outro Banzo para passagens de rios, por ser diminuta a fazenda que o senhor deu para este efeito; em tal parte um Banzo para resgatar o meu cunhado; e outro Banzo para comedorias, por não encontrar marfim na terra onde fomos, sendo necessário caminhar para tal e tal terra, onde encontram[os] um soba muito mau, que nos sequestrou; e então, o bocadinho de marfim que trago, foi comprado na torna viagem!¹²²

¹²⁰ Macotas grandes e macotas pequenos são os nomes dados aos homens de confiança dos comerciantes que atuavam no interior do continente, os chamados sertanejos. Esse termo "macota" é derivado do vocabulário político da região, sendo utilizado para denominar os membros dos conselhos de anciãos subordinados a um chefe local, o soba. A denominação de macota grande e macota pequeno dizia respeito à hierarquia interna desses funcionários frente ao comerciante, sendo o macota grande o principal. Geralmente os macotas chefiavam as caravanas nas viagens em que o sertanejo não estava presente, como é o caso, já que nesse período, como dito acima, Silva Porto estava fixado na cidade de Benguela.

¹²¹ Os banzos são uma quantidade padronizada de fazendas empacotadas, em geral contendo também outros produtos, que geralmente estão ligados também ao pagamento dos trabalhadores de uma caravana comercial. Quanto ao valor de cada banzo, Silva Porto posteriormente explicou que "Banzo em português, Banjo em quimbundo [kimbundu], é o termo por estas partes empregado para designar a importância da fazenda e mais acessórios para a compra de uma ponta de marfim de lei [dente que pesa mais de 32 libras] ou um escravo.". Biblioteca Pública Municipal do Porto (doravante BPMP). Ms. 1239. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da, Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, volume 4º, p. 223. (08/11/1867).

¹²² BPMP. Ms. 1238. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 3º - BIS, p. 58. (07/09/1863).

Esse negociante, Silva Porto, era portuense de nascença e atuava como comerciante sertanejo há mais de 20 anos no interior de Angola, estabelecendo-se em 1840 no sobado africano do Bié, localizado no Planalto Central de Angola. Mesmo tendo a desconfiança de que se tratava de pretextos para justificar o baixo valor dos ganhos da viagem, Silva Porto reconhece que tais contratemplos sempre ocorriam nas viagens para a terra dos povos ganguela¹²³, por onde havia passado a comitiva em questão¹²⁴.

A abolição legal do tráfico de escravos, ocorrida formalmente em 1836, mesmo que não tenha imediatamente exaurido com tal atividade comercial, trouxe importantes transformações econômicas na região. Por um lado, a administração portuguesa tinha a preocupação de recuperar os ganhos alfandegários que tinham até o momento da proibição desse comércio, que correspondia ao principal “produto” de exportação em Angola¹²⁵; por outro lado, os negociantes das praças comerciais de Luanda e Benguela, mesmo que, em muitos casos, não tenham abandonado o contrabando de escravos para as Américas, procuraram realizar a diversificação dos investimentos em outras atividades econômicas, que apresentavam menor risco operacional¹²⁶. Dessa forma, a partir da década de 1840, aumentou a exportação de gêneros coloniais em Angola como o marfim, a cera, a urzela, a goma copal, o café, entre outros, sendo muitas dessas mercadorias produzidas no seio das autoridades africanas autônomas, há centenas de quilômetros do litoral.

Para a alimentação de tal demanda, tornaram-se fundamentais agentes de origem portuguesa e africana dedicados ao comércio dos sertões, com destaque aos sertanejos, que habitavam feiras e povoações localizadas dentro do território de potentados africanos, muitas vezes sem nenhuma presença política colonial efetiva, tendo que se adaptar a regras e padrões

¹²³ Essa expressão presente nos cadernos de Silva Porto, utilizada para se referir de forma genérica aos povos a leste do Bié, deriva da expressão pejorativa da língua umbundu, *ngangela*, que significaria que esses povos não eram pessoas, sendo chamados assim por serem essas as regiões onde eram feitas as razias de captura de escravos por parte dos reinos do Planalto Central. SANTOS, Maria Emília Madeira, Introdução (Trajectória do Comércio do Bié), In: SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986, v. 1, p. 353–354.

¹²⁴ BPMP. Ms. 1238. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 3º - BIS, p. 58. (07/09/1863).

¹²⁵ FERREIRA, Roquinaldo, Abolicionismo versus Colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX), In: GUEDES, Roberto (Org.), *África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX*, Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 95–112.

¹²⁶ DIAS, Jill R., Angola, In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill Rosemary (Orgs.), *O Império africano: 1825-1890*, Lisboa: Estampa, 1998, p. 386.

de poder das chefias africanas para a formação de caravanas de carregadores e a sua circulação por territórios sob diversas soberanias¹²⁷.

O objetivo desse texto é analisar alguns dos fatores que interferiram nas dinâmicas do comércio chefiado pela comunidade de sertanejos que habitaram o Bié no período entre a década de 1840 e a conquista portuguesa da região no final do século XIX, atentando para o impacto das escolhas e estratégias dos vários agentes envolvidos nessa modalidade comercial: seja a própria rede de sertanejos, sejam seus contratadores do litoral – principalmente de Benguela, sejam as centenas (às vezes milhares) de carregadores que formavam as caravanas que atravessavam os sertões, sejam os intermediários africanos contratados para a gestão dessas caravanas – os chamados macotas, pombeiros e quissongos, além das próprias chefias africanas e seus magnatas, que dominavam os caminhos e as sedes de atuação dos sertanejos no interior do continente.

Para tal, serão analisados os cadernos de um dos líderes dessa comunidade, o já citado António da Silva Porto, que alimentou quase ininterruptamente um diário de 1846 até o seu suicídio em 1890. Um primeiro conjunto desses cadernos (os 5 primeiros) foi enviado para a metrópole em 1869, a fim de contribuir para a formação de um saber colonial que fosse útil à expansão portuguesa rumo ao interior da África¹²⁸. Tais cadernos, repletos de milhares de apontamentos diários de tamanhos e conteúdos distintos, relatam uma realidade cotidiana desses sertanejos administrando os seus negócios e suas vidas no interior do continente, podendo colaborar de forma única para o estudo de uma história social dos agentes do comércio em uma região bastante marginal dentro do império colonial português.

Uma Zona Atlântica

Foi no final do século XV que se deram os primeiros contatos dos portugueses com o litoral do que hoje se chama Angola. A partir do século seguinte, a região se integraria

¹²⁷ SANTOS, Maria Emília Madeira, *Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 3–5.

¹²⁸ São esses 5 cadernos que formam a fonte principal de minha pesquisa de mestrado. No total, Silva Porto redigiria 13 cadernos com seus diários, além de vários outros manuscritos de natureza diversa que formariam o seu espólio – enviado após a sua morte à Sociedade de Geografia de Lisboa. Há duas versões de seus diários, uma mais antiga enviada para a Sociedade de Geografia de Lisboa (da qual, do conjunto analisado, enviados originalmente em 1869, sobraram somente os dois primeiros volumes) e outra enviada à Sociedade de Geografia Comercial do Porto, em 1885, sob os cuidados de seu amigo Francisco Jubim, e que, após o fechamento de tal instituição, foram enviados à Biblioteca Pública Municipal do Porto, onde se localizam integralmente até hoje.

intensamente nas redes do tráfico de escravos, tornando-se a região de origem do maior contingente de pessoas escravizadas para as Américas durante os quatro séculos de vigência do tráfico. Esse empreendimento se desenvolveu baseado num esforço de interiorização da presença portuguesa no território, com a instalação de várias fortalezas – os chamados presídios – entrando continente adentro, mas, principalmente, a partir do contato com rotas comerciais de longa distância dominadas por africanos.

Esse conjunto de regiões do interior conectadas às rotas ultramarinas do tráfico é o que o historiador Achim von Oppen chamou de “zona atlântica”. Segundo o autor, a zona atlântica consistia em uma área de irradiação da economia angolana, sendo uma malha de territórios no interior, em crescente expansão, que ao longo dos séculos mantiveram contato comercial com os europeus no litoral pelas rotas de longa distância, sendo feitas muitas vezes essas conexões pelo envolvimento de comerciantes de origem europeia, mas principalmente por intermediários de origem africana que se fortaleceram politicamente com o crescimento do tráfico¹²⁹.

Dando um sentido mais circunscrito ao termo, Joseph Miller relaciona a formação da zona atlântica ao funcionamento histórico do que chamou de “fronteiras de escravização”. Para além propriamente do sequestro dos homens e mulheres levados para as malhas do tráfico, Miller defende que os séculos de envolvimento das sociedades da África Central com o comércio negreiro foram responsáveis por profundas transformações na organização política, econômica e social desses povos, mesmo sobre aqueles que não estavam sob suposto controle administrativo europeu. Esse processo levou ao poder chefes guerreiros (em inglês, *warlords*) que alimentavam a demanda atlântica por cativos principalmente realizando razias contra aldeias inimigas, enquanto os comerciantes esperavam de forma relativamente passiva a chegada dos “carregamentos” vindos dessas regiões de focos de violência. Dessa forma, a partir de um núcleo dominado por presídios portugueses e chefes guerreiros africanos, haveria um avanço dessa fronteira de violência que se expandiria em círculos concêntricos cada vez

¹²⁹ OPPEN, Achim Von, *Terms of Trade and Terms of Trust: The history and contexts of pre-colonial market production around the Upper Zambezi and Kasai*, Münster: Lit Verlag, 1994, p. 49, 53–54. Oppen afirma se inspirar a sua noção de zona atlântica, entre outros conceitos, na noção de “fronteira luso-africana” de Jean Luc-Vellut, que a entendia como um espaço amplo de irradiação da economia angolana que ia muito além das possessões portuguesas. VELLUT, Jean-Luc. Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900). *Études d'Histoire africaine*, t. III, 1972, p. 140-145.

mais distantes do litoral¹³⁰. Nas regiões deixadas para trás pela fronteira de escravização, haveria uma maior estabilização demográfica e política, tornando-se sociedades escravistas (que tinham, portanto, a maioria da população formada por escravos) que alimentavam o tráfico com cativos principalmente pelo comércio, e não mais pela captura em guerras. Essas novas sociedades formariam o que Miller chamou de zona atlântica, mantendo dupla dependência com as partes envolvidas no tráfico: por um lado, endividando-se com os europeus e seus intermediários vindos do litoral para consumirem os produtos importados que passaram a valorizar por causa do contato comercial, como as fazendas, as bebidas alcóolicas e as armas de fogo. Por outro lado, sua dependência por escravos os forçava a recuperar as populações perdidas pela compra de produtos importados ao comprarem mais cativos provenientes das fronteiras de escravização, fortalecendo assim o sistema escravista do interior do continente e contribuindo para a interiorização de tais fronteiras¹³¹.

Mesmo reconhecendo que durante todo o período, graças ao sistema de dependência explicado acima, os cativos mandados para o tráfico provinham tanto das fronteiras de escravização, quanto da zona atlântica, o grande foco que Miller deu para a escravização por guerra e a suposta pacificação política da zona atlântica foram questionados por estudos mais recentes. Em estudo sobre Benguela e seu *hinterland*, Mariana Candido destaca a importância de vários processos de escravização, legais e ilegais, que ocorriam nessas regiões mais próximas do litoral, fornecendo um grande contingente de trabalhadores para os negreiros atlânticos a partir da fragilização da fronteira entre escravidão e liberdade dessas populações que residiam próximas ao domínio português na região. Nesse sentido, a cobrança de impostos e endividamentos em geral dos africanos, as punições em processos judiciais nos tribunais consuetudinários, os sequestros de indivíduos e roubos de caravanas, para além de razias que também aconteciam nessas regiões próximas do litoral, eram várias formas que levavam milhares de homens e mulheres para o cativeiro nas últimas décadas do tráfico, muitos deles que até então estavam supostamente protegidos pelos tratados de vassalagem e reconhecimento social de suas liberdades. Portanto, Candido entende que, no lugar de uma fronteira distante que indiretamente estabiliza politicamente as regiões pelas quais já havia

¹³⁰ MILLER, Joseph C, *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1740-1830*, Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1988, p. 140-141, 143.

¹³¹ *Ibid.*, p. 149, 159-161, 168.

passado, o verdadeiro processo consistiria em uma série de fronteiras simultâneas e estratificadas que se expandiam em várias direções¹³².

Nessa zona atlântica, destacaram-se na organização do comércio as famílias luso-africanas¹³³. São essas famílias, muitas vezes formadas a partir da união de homens estrangeiros com filhas de famílias africanas (ou luso-africanas) de destaque nas possessões portuguesas, que gerenciavam redes intercontinentais e que também conectavam o litoral com o interior, espalhando parentes e compadres em vários pontos estratégicos da cadeia produtiva que, em conjunto, montavam redes mais fortes do que as tentativas de regulação econômica e mercantil do poder colonial (dominando, inclusive, níveis locais desse poder)¹³⁴. O papel das mulheres na construção dessas redes, em especial nas cidades angolanas, foi destacado pela historiografia, já que, para além do desbalanço demográfico entre a imigração de homens brancos para Angola em quantidade muito maior do que de mulheres brancas, o casamento com famílias locais de destaque assegurava conexões econômicas e políticas, como já dito, assim como a inserção segura na sociedade colonial¹³⁵.

¹³² CANDIDO, Mariana P. *Fronteras de esclavización: Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*, México: El Colegio de México, 2011, p. 155–204. Os dados reunidos em estudo recente de Daniel Domingues da Silva, chegam a conclusões similares. De fato, eles apontam que em finais do XVIII até a década de 1860 há cativos de regiões mais distantes do litoral do que os registros das épocas anteriores mostravam, mas que, tanto em Luanda, quanto nos portos da África Centro-Occidental a norte e a sul da capital, a maioria das pessoas escravizadas eram provenientes de regiões próximas ao litoral. SILVA, Daniel B. Domingues da, *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1780-1867*, New York: Cambridge University Press, 2017, p. 84–87, 89–91.

¹³³ O qualitativo luso-africano é um termo analítico bastante recorrente na bibliografia geral do Império Português, assim como no caso específico de Angola. Optarei, ao longo desse texto, por utilizar, no lugar dele, os termos de época, por entender que é necessário o destaque de diferentes posições nas redes comerciais, como a das casas comerciais do litoral, dos sertanejos ou dos pombeiros, que seriam todos lidos como parte da mesma comunidade luso-africana. Além disso, não só há grande diversidade profissional entre esses agentes históricos, mas também suas origens sociais são muito diversas, abarcando desde sujeitos brancos estrangeiros nascidos na Europa ou na América, até agentes locais africanos que se utilizam de alguns elementos culturais emanados da colônia para ter vantagens comerciais.

¹³⁴ THOMPSON, Estevam C., O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV–XIX), *Temporalidades*, v. 4, n. 2, p. 80–102, 2012, p. 97–98. Como lembra Mariana Candido, mesmo atuando fora das regras e monopólios dos impérios coloniais, o sucesso dessas redes informais fortalecia os mesmos impérios, por causa dos ganhos comerciais gerados por essas conexões. CANDIDO, Mariana, Os Agentes Não-Europeus na Comunidade Mercantil de Benguela, c. 1760-1820, *Saeculum - Revista de História*, v. 29, João Pessoa, 2013, p. 98. Para dois exemplos de estudos que abordam essas redes na região de Benguela e seu *hinterland* no recorte aproximado de nosso estudo, ver: CANDIDO, Os Agentes Não-Europeus; FERREIRA, Roquinaldo, Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul, *Varia Historia*, v. 29, n. 51, p. 679–695, 2013.

¹³⁵ Para um balanço historiográfico da produção considerável sobre a participação (e proeminência) das mulheres no comércio angolano, assim como de outros contextos africanos, ver: OLIVEIRA, Vanessa dos Santos, The Gendered Dimension of Trade: Female Traders in Nineteenth Century Luanda, *Portuguese Studies Review*, v. 23, n. 2, 2015, p. 93–95. Também cabe destacar a consideração de Alfredo Margarido que não só os homens estrangeiros ganhavam com a união com mulheres africanas, mas também as famílias dessas mulheres

Especificamente sobre os sertanejos que residiam no Bié durante o período abordado nesse texto, sabemos pouco sobre suas origens e conexões mais diretas com as redes atlânticas. Uma pista que temos é uma listagem dos moradores da região em 1846 realizada pelo comerciante Joaquim Rodrigues Graça, em viagem diplomática para a Lunda e que, ao passar pelo Bié, teria pedido ao capitão-mor local, o major Francisco José Coimbra, para reunir todos os súditos portugueses naturais da província, assim como os negociantes volantes e filhos do país que lá se encontrassem. Mesmo alegando que a maioria dos moradores não atendeu o chamado, Rodrigues Graça informa a naturalidade, emprego, local de residência no Bié e cor de cerca de 100 homens, todos eles envolvidos com atividades comerciais¹³⁶. Desse conjunto, somente seis indivíduos foram classificados por Rodrigues Graça como brancos, cinco deles nascidos em solo português e um, Luiz Albino Rodrigues, na ilha da Madeira. Mais da metade dos listados, 52 deles, são naturais do próprio Bié, muitos deles pertencentes a clãs estabelecidos desde a primeira geração de sertanejos que chegaram ao Bié no último quartel do século XVIII, como a família do major Coimbra, ou o clã Conceição e Matos – herdeiros do antigo capitão-mor do Bié, António Francisco da Conceição Matos, natural da Bahia, falecido em 1813. Muitos desses naturais do Bié são classificados por Rodrigues Graça, ora como negros, ora como pardos, sendo quatro deles classificados como “cabodos”¹³⁷. Os outros indivíduos são provenientes de Luanda ou de distritos e presídios ligados à linha de penetração territorial portuguesa do Corredor do rio Kwanza (Pungo Andongo, Golungo Alto e Ambaca), sendo essa a conexão principal da região do Bié com o

conseguiam contatos estratégicos para o acesso a mercadorias importadas por redes muitas vezes ligadas a esses estrangeiros que chegavam nos portos africanos. MARGARIDO, Alfredo, *Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus*, in: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.), *Actas da 1.ª RIHA - Relação Europa-África no 3.º Quartel do Século XIX*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p. 387–389.

¹³⁶ Não há mulheres registradas na lista de Rodrigues Graça. Pode-se colocar como hipótese que só interessasse ao negociante os dados da população masculina, já que estava organizando essa listagem como anexo de sua proposta ao governo colonial de formação de uma milícia de voluntários comandada pelos moradores locais do Bié para a tomada militar do poder. Sabemos, no entanto, que muitos desses moradores se uniram a mulheres locais e de outras regiões do interior, favorecendo sua integração cultural e política nas redes sertanejas, inclusive muitos deles adotando a poligamia. Sobre essas uniões, ver: CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira, *A Transculturação de Silva Porto na África Central – Viyè – Século XIX*, *Mulemba*, v. 5, n. 10, 2015, p. 191–197; SEBESTYÉN, Éva. *Escravidão, escravidão e fugas na vida e obra do viajante-explorador húngaro László Magyar (Angola, meados do século XIX)*. In: DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos; GUEDES, Roberto (orgs.). *Doze Capítulos sobre Escravizar Gente e Governar Escravos - Brasil e Angola - séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, p. 294-295.

¹³⁷ O registro desse termo está na versão publicada de Rodrigues Graça no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Não acessamos os manuscritos originais. Seguimos a hipótese de que seria um termo ligado à expressão “caboclo” utilizada no Brasil, sendo o próprio Rodrigues Graça tido por parte da historiografia como nascido em território brasileiro. Hipótese similar foi considerada por Vellut em: VELLUT, Notes sur le Lunda, p. 125.

Atlântico até a década de 1840¹³⁸. Para além da listagem de Rodrigues Graça, sabemos que o major Coimbra é natural de Caconda, além de outros três indivíduos listados, e que sua família é de origem goesa; e para além de ser origem do clã Conceição Matos, também sabemos que o Brasil foi região em que Silva Porto residiu e atuou profissionalmente durante dez anos, antes de se mudar para Angola¹³⁹.

Além da influência dessas conexões atlânticas na formação e atuação dessas comunidades mercantis, alguns historiadores destacam que durante o século XIX o interior da África Central passou por profundas transformações políticas. A expansão do comércio lícito de gêneros coloniais acabou aumentando a gama de atores africanos que se tornaram fornecedores dos europeus. Dessa forma, sujeitos que não pertenciam às linhagens reinantes que até então monopolizavam a circulação de mercadorias como escravos e armas de fogo, foram enriquecendo com as novas práticas comerciais – tanto aqueles que serviam de funcionários dos sertanejos, como os macotas, pombeiros e quissongos, quanto aqueles que faziam suas próprias caravanas de cera e, posteriormente, de borracha – e comprando títulos de nobreza, corroendo assim gradativamente o poder e influência das grandes chefias. Por essa razão, os sujeitos envolvidos no comércio foram entendidos por esses historiadores como agentes de mudança, ou de modernidade, sendo responsáveis por contestações de hierarquias no interior do continente que, no final do século, facilitariam a ocupação colonial dos portugueses¹⁴⁰.

Um ponto destacado sobre esses sujeitos é que, além de estarem envolvidos nessas transformações políticas e sociais, seriam foco de misturas culturais, espalhando ideias,

¹³⁸ GRAÇA, Joaquim Rodrigues, Expedição ao Muatayanvua: Diário de Joaquim Rodrigues Graça. Manuscrito Original da Sociedade de Geographia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, v. 8 e 9, 1890, p. 399–400. Para mais sobre as conexões do Bié com Luanda, ver: SANTOS, Introdução (Trajectória do Comércio do Bié), p. 58–59.

¹³⁹ SANTOS, Introdução (Trajectória do Comércio do Bié), p. 18–22, 43. Vale destacar, no entanto, que tal grupo era uma absoluta minoria dentro do sobado, havendo estimativas do final da década de 1840 de que cerca de 80.000 pessoas residissem no reino do Bié. CANDIDO, Mariana. *An African Slaving Port and the Atlantic world: Benguela and its Hinterland*. New York: Cambridge University Press, 2013, p. 306.

¹⁴⁰ MARGARIDO, Alfredo, Les Porteurs: forme de domination et agents de changement en Angola (XVIIe–XIXe siècles), *Revue française d'histoire d'outre-mer*, v. 65, n. 240, 1978, p. 386–387, 395–397; HEYWOOD, Linda M., *Contested power in Angola: 1840s to the present*, Rochester, NY: University of Rochester Press, 2009, p. 7–10, 16; OPPEN, *Terms of Trade and Terms of Trust*, p. 78–86; HENRIQUES, Isabel Castro, *Os pilares da diferença: relações Portugal-África séculos XV - XX*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004, p. 393–413. O argumento de Isabel Castro Henriques foi desenvolvido de forma mais completa no seu livro: HENRIQUES, Isabel Castro, *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

culturas e valores dos diferentes povos da zona atlântica em um processo de criouliização¹⁴¹. Mais do que só reforçar convicções luso-tropicais de uma irradiação da cultura portuguesa para os povos africanos¹⁴², o que os autores apontam, inspirados em debates de historiadores da diáspora e da escravidão nas Américas, é que a composição transracional e transcultural desses agentes permitiam um cosmopolitismo que lhes possibilitava circular e prosperar nos diferentes contextos sociais que se encontravam¹⁴³. Dessa forma, mais do que uma assimilação ou imposição cultural europeia, o que caracterizaria a criouliização em Angola seriam os brancos e mulatos adotando características culturais da população negra majoritária, ao mesmo tempo em que africanos adotavam elementos da cultura europeia em busca de vantagens políticas e comerciais, ocorrendo essa interpenetração no litoral, mas também nos distritos e presídios do interior¹⁴⁴.

Uma proposta analítica que considera a centralidade das conexões formadas pelo comércio atlântico, assim como das transformações e dinâmicas autônomas das sociedades africanas é o que a historiadora Jill Dias chamou de formação de “novas identidades africanas” no contexto do tráfico de escravos. Segundo a autora, pelas várias razões já levantadas, o tráfico de escravos constituiu uma força coesiva entre agentes comerciais e políticos que gerou o afloramento de novas estruturas políticas africanas que se fortaleceram por causa de suas articulações econômicas, culturais e políticas com o pequeno Estado colonial¹⁴⁵. Nesse processo, o sincretismo cultural teve papel fundamental, tanto na

¹⁴¹ Roquinaldo Ferreira faz um balanço dos diferentes sentidos analíticos que foram atribuídos à noção de criouliização em: FERREIRA, Roquinaldo, “Ilhas Crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica, *Revista de História*, n. 155, p. 17–41, 2006, p. 19–23.

¹⁴² O luso-tropicalismo foi um movimento intelectual, inspirado principalmente nos escritos de Gilberto Freyre, que defendia uma vocação colonial portuguesa por causa do histórico de formação desse povo a partir da interpenetração biológica e cultural de povos tropicais, ligada à conquista árabe da Península Ibérica, fazendo os portugueses terem uma conexão mais orgânica com os povos naturais das colônias. Essas teses foram apropriadas como ideologia oficial do governo colonial português a partir de meados do século XX para defender uma unidade do Império frente aos movimentos de libertação nacional das colônias. ALEXANDRE, Valentim, Portugal em África (1825-1974): uma Perspectiva Global., *Penélope*, n. 11, 1993, p. 53–54. Ver também: THOMAZ, Omar Ribeiro, *Ecossistemas do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*, Rio de Janeiro; São Paulo: Editora UFRJ; Fapesp, 2002.

¹⁴³ FERREIRA, Ilhas Crioulas, p. 21–22.

¹⁴⁴ Para um levantamento desse debate sobre o contexto angolano, ver: *Ibid.*, p. 18, 20–21, 29–35. Para uma abordagem nesse sentido para os sertanejos do Bié durante o século XIX, ver: CEITA, A Transculturação de Silva Porto na África Central – Viyè – Século XIX; CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira, *Silva Porto na África Central – Viye / Angola: História Social e Transcultural de um Sertanejo (1839-1890)*, Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

¹⁴⁵ DIAS, Jill, Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico, in: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 317–318.

reestruturação de identidades coletivas, quando na adaptação desses sujeitos a diferentes contextos e lógicas sociais, sendo, acima de tudo, processos ambivalentes e paradoxais que não permitem uma dicotomia simplista entre colonizador e colonizado¹⁴⁶. Assim, não só as sociedades da zona atlântica, sob domínio de europeus ou de africanos, passavam por profundas transformações por causa do tráfico de escravos e entrada de produtos importados do Atlântico, mas também esses vários agentes intermediários, sejam de origem europeia ou africana, puderam, por meio das estratégias que serão discutidas nesse texto, negociar novos espaços sociais aos quais não teriam acesso até então, nem nas bases coloniais, nem nos reinos centro-africanos.

Por todas essas razões, consideramos como útil o diálogo com o campo da História Atlântica. Com uma longa e multifacetada trajetória desde meados do século passado, a História Atlântica é um campo de intensa produção acadêmica, contando atualmente com seminários, periódicos, cursos de pós-graduação e até premiações específicas¹⁴⁷. Seu foco nas conexões históricas entre as diferentes regiões que margeiam o Oceano desde o final do século XV levou a volumosa produção sobre a circulação de mercadorias, pessoas, ideias, costumes e notícias, que geraram um sistema altamente dinâmico e descentralizado que afetava sociedades extremamente diferentes e distantes entre si¹⁴⁸. Como procuramos destacar anteriormente, tais conexões não se resumiram apenas aos povos das diferentes costas do

¹⁴⁶ Ibid., p. 337–339.

¹⁴⁷ ARMITAGE, David, Three Concepts of Atlantic History, in: ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (Orgs.), *The British Atlantic World, 1500-1800*, New York: Palgrave Macmillan, 2002, p. 12–15 [Há uma versão traduzida desse texto para o português: ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. Trad. Juliana Jardim de Oliveira. *História Unisinos*, vol. 18 (2): 206-217, Maio/Agosto 2014]; GAMES, Alison, Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities, *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 741–757, 2006, p. 744–745. David Armitage relaciona uma das correntes de início da história atlântica com o esforço em meados do século XX de relacionar as conexões entre as duas margens do Atlântico Norte como gênese de uma civilização ocidental contrária ao nazismo e, posteriormente, ao comunismo. No entanto, Alison Games considera que esse esforço político-diplomático não explica sozinho o nascimento e fortalecimento do campo, tendo outras três tendências responsáveis por esse processo: os estudos sobre o tráfico transatlântico de escravos, os estudos sobre as sociedades coloniais nas Américas e os próprios estudos sobre as histórias dos Impérios Ultramarinos. GAMES, Alison, *Atlantic History*, p. 743–744.

¹⁴⁸ THOMPSON, O Atlântico Sul, p. 82–84. No entanto, uma crítica bastante frequente a essa produção é a concentração de estudos sobre o Atlântico Norte, notoriamente sobre as colônias dos impérios britânico e francês. Para além de somente negligenciar um hemisfério do sistema, como destacou Peter Beattie, tal falta significou também ignorar o que foi a mais importante matriz dos empreendimentos coloniais europeus na Idade Moderna, o Atlântico Sul. BEATTIE, Peter M. 'ReCapricorning' the Atlantic. *Luso-Brazilian Review*, 45: 1, 2008, p. 1-2. Para caracterizações das particularidades das redes do Atlântico Sul ver, entre muitos outros: THOMPSON, O Atlântico Sul; FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil During the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 8-10.

oceano, mas também aos do interior desses territórios¹⁴⁹. Dessa forma, nas palavras da historiadora Alison Games:

(...) Essas sociedades [focalizadas pela História Atlântica] não são necessariamente lugares ao longo do Oceano Atlântico em si (...) E nem a História Atlântica é somente sobre os pontos literalmente de contato (portos, comerciantes ou migrantes, por exemplo), e sim sobre explicar transformações, experiências e eventos em um lugar em termos das condições derivadas pela localização desse lugar em um mundo mais amplo, multifacetado e interconectado¹⁵⁰.

Para estudar essas transformações, experiências e eventos ligados às conexões atlânticas do interior de Angola, seguiremos, portanto, a proposta que David Armitage define como de uma história *cis*-atlântica. Na definição do autor, que separa os estudos de história atlântica em três tipos (*circum*-atlântica, *trans*-atlântica e *cis*-atlântica), a história *cis*-atlântica estudaria as relações entre as dinâmicas locais de uma região circunscrita com as conexões globais do mundo atlântico – assim, pode-se pensar nas particularidades desse contexto, podendo-se considerar também a influência de outros fenômenos mais amplos que atingem a região sem serem diretamente ligados às conexões atlânticas, conexões estas que geralmente estão ligadas às próprias dinâmicas coloniais do Império português¹⁵¹.

É com esse objetivo que vemos a proposta da história atlântica como possibilidade de superar vícios interpretativos de uma abordagem deveras imperial da história da região – sendo este texto, portanto, um estudo sobre a zona atlântica de Angola, e não somente sobre a colônia portuguesa¹⁵². Como apontou Alfredo Margarido em ensaio clássico de 1989, muitos

¹⁴⁹ Um exemplo de estudo de história atlântica de povos localizados no interior do continente, mas intensamente conectados ao comércio oceânico por causa da navegação fluvial do rio Gâmbia, é o recente livro de Felipe Malacco: MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira, *O Gâmbia no Mundo Atlântico: fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno (1580-1630)*, 2a edição. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

¹⁵⁰ GAMES, Atlantic History, p. 747. No original: "(...)These societies are not necessarily places along the Atlantic Ocean itself (...) Nor is Atlantic history only about the literal points of contact (ports, traders, or migrants, for example), but rather about explaining transformations, experiences, and events in one place in terms of conditions deriving from that place's location in a large, multifaceted, interconnected world".

¹⁵¹ ARMITAGE, Three Concepts of Atlantic History, p. 21–24. Não é fortuito, portanto, o fato que Games considera que muitos estudos com o emblema de "história atlântica" podem parecer as tradicionais histórias coloniais. GAMES, Atlantic History, p. 745.

¹⁵² Não se ignora a interrelação que Miller apontou entre o avanço (e aceleração) da fronteira de escravização e, por consequência, da própria zona atlântica, e os esforços de interiorização do domínio português em Angola. MILLER, *Way of death*, p. 152. No entanto, como discutimos acima, a expansão da zona atlântica se deu pela atuação de uma grande variedade de sujeitos, muitos deles africanos e completamente independentes dos intentos coloniais portugueses. Inclusive, como mostra Jill Dias, muitas vezes o comércio resultou também na consolidação de identidades políticas ambíguas de chefes africanos frente ao governo colonial português, com esses potentados sabendo manipular tais relações para manter a autonomia política. DIAS, Jill, O Kabuku Kambilu (c. 1850-1900): uma identidade política ambígua, *In: ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE*

historiadores do Império Português na África que se dedicavam aos estudos sobre períodos anteriores ao século XX alimentavam uma ficção da existência de um poder nominal sobre o continente africano, mas que, mesmo nos territórios como Angola, em que havia presença militar no interior, havia predominância das regras sociais africanas no funcionamento de várias esferas da vida social¹⁵³. Isabel de Castro Henriques faz um levantamento dessa produção historiográfica portuguesa da segunda metade do século XIX e início do século XX e concorda com Margarido, afirmando que essas análises servem para produzir uma imagem de controle europeu sobre soberanos africanos que na realidade eram autônomos, com o objetivo de alimentar uma reivindicação política de uma suposta continuidade histórica do Império Africano desde os primeiros contatos do século XV, até o colonialismo do século XX, o que Valentim Alexandre chamou de “mito da herança sagrada”¹⁵⁴.

No caso de Angola, a presença e estabelecimento de distritos e presídios portugueses no interior do continente torna polêmica a periodização sobre os marcos iniciais do período colonial – já que essa pequena região formada pelas adjacências de Luanda e os presídios que seguiam o rio Kwanza, além de Benguela e adjacências (incluindo os presídios de Caconda e Quilengues), foi conquistada ao longo dos séculos XVI a XIX, enquanto o restante do território foi ocupado militarmente na virada do século XIX para o XX. Portanto, os historiadores divergem em classificar o período entre os séculos XVI e XIX como colonial ou pré-colonial¹⁵⁵. A polêmica se amplia pelas razões apontadas por Margarido e Henriques, ou

ANGOLA (Org.), *Actas do Seminário: Encontro de povos e culturas em Angola*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 13–53.

¹⁵³ MARGARIDO, Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus, p. 383–385.

¹⁵⁴ HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola*, p. 83–104; ALEXANDRE, Valentim, A África no imaginário político Português (séculos XIX-XX), *Penélope - O Imaginário do Império*, n. 15, p. 39–52, 1995, p. 39–52.

¹⁵⁵ Crislayne Alfagali faz um bom levantamento desse debate e suas implicações políticas e historiográficas. Para além da questão concernente à autonomia das chefias africanas, Alfagali destaca a importância de se considerar em perspectiva outras regiões do Império Português da época, como o Brasil, cujos territórios mais marginais também possuíam uma administração muito frágil. Além disso, a própria historiadora coloca esse estatuto ambíguo da presença portuguesa em Angola como um ponto fundamental da própria discussão política da época que estuda, o período pombalino, no qual os administradores coloniais reconheciam a fragilidade dessa presença e procuravam reformá-la para assim fortalecer o seu domínio. Dessa forma, sua proposta faz coro com o que Eugénia Rodrigues e Mariana Candido recentemente apontaram, que, apesar de seus projetos de sistematização e catalogação para o controle de territórios e populações, os impérios modernos exerceram um controle burocrático que sempre foi frágil, mesmo com o uso generalizado da violência. ALFAGALI, Crislayne Gloss Maranhão, *Ferreiros e Fundidores da Ilamba. Uma História Social da Fabricação de Ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII)*, Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018, p. 45–47, 67–69; RODRIGUES, Eugénia & CANDIDO, Mariana P. Apresentação: Cores, classificações e categorias sociais: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI a XIX. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 44, n. 3, 2018, p. 402-403.

seja, de que o domínio nominal português na região revela, na realidade, uma grande autonomia das populações que supostamente eram dominadas. Na formulação de Estevam Thompson, o governo português assim produzia uma documentação colonial sobre território que não o era – mostrando muito mais a dificuldade em controlar esses territórios do que uma sujeição de fato¹⁵⁶.

Nesse sentido, o Bié estava, na prática, fora da jurisdição portuguesa. Mesmo que, desde a década de 1770, Portugal nomeasse para a região um capitão-mor, contrapartida do tratado de vassalagem do soba frente ao rei de Portugal, os relatos frequentes de todos os oficiais empossados nesse cargo indicam a sua impotência frente ao soberano africano, muitas vezes sendo incapazes inclusive de administrar os moradores de origem portuguesa, muitos deles desertores e degredados. Portanto, o que parece ter mantido a continuidade dos estabelecimentos portugueses na região, com a grande distância dos presídios e a consequente ausência de força militar portuguesa na região, era na realidade a aceitação e cooperação do soba e da elite reinante com os comerciantes estrangeiros – interessados, sem dúvida, nas mercadorias importadas que esses traziam. Tais fatores levaram muitos historiadores a considerar a suposta subordinação do soba do Bié durante o século XIX como inexistente¹⁵⁷. Nesse sentido, o próprio Silva Porto, em um de seus cadernos, reproduz um trecho de um ofício do Governador Geral de Angola publicado na Gazeta de Portugal em 2 de dezembro de 1864: “Do Bié também se recebeu uma amostra de ótimo e bem sazonado trigo, *que o nosso avassalado soba da banza grande enviou*”¹⁵⁸. O sertanejo destaca a frase pois, segundo ele, os seus apontamentos demonstravam que tal afirmação não tinha valor – ou seja, era na prática inexistente o estatuto de vassalagem do soba do Bié¹⁵⁹. Na realidade as rotas do interior eram

¹⁵⁶ MARGARIDO, Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus; HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola*, p. 83–104; THOMPSON, Estevam C., Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX, *Africana Studia*, v. 25, 2015, p. 34–35.

¹⁵⁷ HEYWOOD, *Contested power in Angola*, p. 23; SANTOS, Introdução (Trajectória do Comércio do Bié), p. 34–37, 40; CANDIDO, *An African Slaving Port*, p. 305.

¹⁵⁸ BPMP. Ms. 1237. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 3º, p. 438–439. (18/05/1865). Destaque em itálico no original.

¹⁵⁹ Ibid. É verdade que Estevam Thompson polemiza no texto supracitado sobre como os próprios tratados de vassalagem em geral são lidos por parte da historiografia na chave de ignorar a autonomia africana por causa da linguagem de domínio da documentação colonial. Dessa forma, mais do que subordinação, a vassalagem poderia ser enxergada como estratégia de resistência dos sobas, que potencialmente conseguiriam com esses tratados proteção militar, abertura ao comércio atlântico e defesa contra desmandos dos administradores coloniais de baixa patente [como os capitães-mores]. THOMPSON, Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, p. 45–52. No entanto, vale destacar que nem sempre a autonomia era tão consolidada, sendo várias as missões punitivas do governo colonial contra os chefes africanos, que inclusive eram aproveitadas por outros vassallos como pretexto para realizar razias escravistas; e que os tratados geralmente eram acompanhados de

dominadas pelos chefes africanos e os sertanejos tinham que respeitar o domínio desses chefes, assim como as regras e lógicas sociais dessas sociedades para conseguirem realizar a compra e transporte das mercadorias cada vez mais demandadas no litoral¹⁶⁰.

Em suma, os quatro séculos de tráfico atlântico de escravos interconectaram várias regiões da atual Angola, formando uma zona atlântica plural e articulada. Esse processo, ao mesmo tempo que enriquecia famílias luso-africanas do litoral, fortalecia chefes guerreiros, fazendo com que muitos deles mantivessem grande ou completa autonomia política frente ao pequeno Estado colonial. Diante dessa falta de unidade político-militar, os intermediários comerciais, para atuarem nas rotas de longa distância que atavam essa macro-região, tinham que se integrar e transitar por diversas autoridades políticas, estruturas sociais e universos culturais e religiosos, desenvolvendo um cosmopolitismo que era condição de existência para o seu sucesso comercial. A partir da comunidade de sertanejos do Bié, agora nos concentraremos nas estratégias utilizadas por esses intermediários europeus, africanos e luso-africanos para organizar o comércio do interior, tanto para agenciar no litoral, como sócios minoritários, os recursos vindos das redes comerciais atlânticas, quanto para morar e atravessar os territórios das chefias africanas, sedentas por produtos importados. Assim, podemos entender melhor a integração dessas regiões do interior africano ao Mundo Atlântico, analisando o cotidiano desses sujeitos que tinham que circular, tanto fisicamente, quanto simbolicamente, entre as margens do Império e o centro dos sobados.

A organização do comércio Sertanejo no Bié

Na segunda metade do século XVIII, o crescimento vertiginoso do comércio de escravos no Planalto Central e a menor capacidade de controle administrativo na região de Benguela em comparação com as cercanias de Luanda, atraíram muitos sujeitos para atuarem como sertanejos no planalto na 2ª metade do XVIII. Inicialmente concentrados nas cercanias

contrapartida de fornecimento não só de soldados, mas também de trabalhadores forçados para caravanas comerciais - o que foi foco de intensos conflitos desde o século XVII, até a sua abolição em 1856. CANDIDO, *Fronteras de esclavización*, p. 163–166, 169–170; SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos, Fissuras no discurso abolicionista português: o serviço de carregadores e a colonização da África centro-ocidental, *In: XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, p. 7; MARGARIDO, Les Porteurs. Portanto, acreditamos que afirmar a fragilidade ou descontinuidade desse governo colonial não significa ignorar a real interferência política em algumas regiões, mesmo que outras, como o Bié, tenham mantido uma autonomia mais explícita.

¹⁶⁰ MARGARIDO, *Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus*, p. 395–399.

de Benguela e em Caconda, em busca de proteção, a partir da década de 1770 os sertanejos foram migrando para Ecovongo, capital do Bié, onde encontraram melhores condições de comércio, tornando esse reino o grande centro do comércio de escravos do Planalto¹⁶¹. Com a proibição legal do tráfico e constantes conflitos entre os sertanejos e o soba Moma, intitulado Basso-baba (ou Vasovava), essa primeira geração de comerciantes abandonaria a feira, permanecendo na região apenas algumas famílias de descendentes, mas inicialmente sem ligação direta com as antigas rotas comerciais de longa distância¹⁶².

No entanto, o soba Bandua (ou Mbandua), sucessor de Basso-baba no governo do Bié, enviou uma série de cartas para Luanda para que os sertanejos regressassem para a região, já que sua presença trazia uma bem-vinda circulação de mercadorias, o que se concretizou no começo da década de 1840¹⁶³. Além disso, após o fechamento da rota entre o Bié e Benguela em 1823 por causa da guerra entre os reinos do Bié e Bailundo, essa nova geração de sertanejos pôde aproveitar que em 1842, com a pacificação da região, fosse reatada tal conexão, tornando Benguela a principal praça comercial a financiar as suas atividades. Os sucessivos esforços destes para estabilizar uma rota segura e rápida para conectar esses dois pontos permitiu um intenso fluxo comercial, não mais baseado no envio de escravos para o litoral, e sim no de marfim e cera¹⁶⁴.

No caso do comércio de marfim, produto principal do empreendimento sertanejo, a migração crescente dos elefantes para longe do litoral por causa da intensa caça em busca de suas presas, forçou as caravanas a procurarem esse produto em regiões cada vez mais

¹⁶¹ MILLER, Joseph C., Angola central e sul por volta de 1840, *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 32, n. Rio de Janeiro, p. 7–54, 1997, p. 26–29; CANDIDO, Os Agentes Não-Europeus, p. 114.

¹⁶² Rodrigues Graça em sua visita ao Bié relaciona diretamente o abandono da feira com o fim do tráfico de escravos, afirmando que os aviadores do litoral teriam instruído os sertanejos a abandonarem a região. GRAÇA, Expedição ao Muatanyvua, p. 394–395. No entanto, nos cadernos de Silva Porto não há nenhuma referência a essa relação, chegando o sertanejo a inclusive afirmar em um de seus apontamentos, que os conflitos com o soba Basso-baba foram a principal razão para a migração dessa primeira geração para longe de Ecovongo, sem explicitar claramente os motivos de tal desentendimento. Sociedade de Geografia de Lisboa (doravante SGL). Res. 2 - C - 6. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 2º, p. 166. (23/08/1861).

¹⁶³ SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 2º, p. 166 (23/08/1861).

¹⁶⁴ Associa-se frequentemente o crescimento do comércio de marfim angolano no século XIX com a abolição do monopólio régio sobre o produto em 1834 – o que de fato impulsionou um aumento nos registros de exportação legal do produto. Henriques relativiza a centralidade desta ação para a expansão do comércio, já que era generalizado o contrabando realizado tanto por comerciantes portugueses, quanto por estrangeiros, durante a vigência do monopólio. HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola*, p. 340. Sobre debate político de época pela abolição do monopólio, ver: GONÇALVES, Ivan Sicca, *Apontamentos Vindos dos Sertões: negociação, comércio e trabalho nas Caravanas de António Francisco Ferreira da Silva Porto (década de 1840)*, Campinas: Coleção Monografias IFCH/UNICAMP, 2019, p. 40-41.

distantes¹⁶⁵, conseguindo em meados da década de 1840 estabelecer rotas até a terra do Lui, na atual Zâmbia, onde encontraram não só fatura desse gênero, assim como ótimas condições de permuta¹⁶⁶.

Para comprarem marfim no interior, os sertanejos compravam a crédito em Benguela fazendas, aguardente, pólvora e armas, e transportavam tais produtos para a permuta no interior. Diferentes produtos eram demandados em diferentes estágios do comércio caravaneiro, sendo usados constantemente para a compra de gêneros, para além das mercadorias citadas, contarias, missangas, sal, escravos, tabaco, enxadas e bois – apesar das fazendas se manterem como o produto principal para a compra de marfim. Um exemplo está registrado por Silva Porto em apontamento de outubro de 1853, quando a caravana chefiada por seus pombeiros¹⁶⁷ passa pela terra do Mashukulumbwe (Miqueselumbue em Silva Porto) e compram enxadas, tabaco e sal “para despesas do caminho”, comentando que esses gêneros eram bastante apreciados nos territórios da sequência da viagem. Ou seja, sabendo da demanda desses produtos no interior, os pombeiros compraram mercadorias que não eram nem o seu objetivo final (marfim e cera para serem vendidos em Benguela), e nem tampouco eram arrecadadas no litoral (como os tecidos, bebidas alcólicas ou armas de fogo), tendo uma ampla gama de mercadorias que exerciam papéis específicos em trechos específicos das rotas de longa distância¹⁶⁸.

Os gêneros demandados no litoral – principalmente marfim e cera, seriam levados de caravanas saídas do Bié para Benguela e com esses gêneros era pago o investimento inicial contraído pelo sertanejo com a casa comercial¹⁶⁹. Na década de 1860, após o fim do

¹⁶⁵ SANTOS, *Nos caminhos de África*, p. 11–12. O próprio Silva Porto comenta em 1854 que os elefantes desapareceram totalmente do litoral até as vertentes do rio Cuanza, onde chegou a vê-los nos princípios de sua carreira no país, ou seja, na década de 1840. SGL. Res. 2 - C - 6. SILVA PORTO, *Viagens e Apontamentos*, volume 1º, p. 371–372. (12/03/1854).

¹⁶⁶ SANTOS, *Introdução (Trajectória do Comércio do Bié)*, p. 115–116.

¹⁶⁷ A denominação “pombeiro” tem uma longa história, sendo que esse termo derivaria de *mpumbu*, relacionado ao grande mercado junto ao lago Malebo e, posteriormente, a todos os mercados mais importantes na bacia do rio Congo. A princípio o termo era usado para se referir aos homens portugueses, mas depois seu uso foi sendo generalizado para descrever os comerciantes negros e mulatos, sendo por muito tempo sinônimo de negociante africano de escravos dos portugueses em Angola, sendo quase sempre um escravo de confiança. Na segunda metade do XIX, o termo se referia majoritariamente a indivíduos africanos e livres, que serviam de intermediários nas grandes caravanas. HEINTZE, Beatrix, *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 274–275; CANDIDO, *Fronteras de esclavización*, p. 44.

¹⁶⁸ SGL. Res. 2 - C - 6. SILVA PORTO, *Viagens e Apontamentos*, volume 1º, p. 242–243. (14/10/1853).

¹⁶⁹ FERREIRA, Roquinaldo, *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860*, Luanda: Kilombelombe, 2012, p. 269–270.

contrabando de escravos, as caravanas do Bié eram as mais valiosas das que chegavam cotidianamente em Benguela, por trazerem grandes quantidades de marfim, enquanto as outras não iam a regiões tão distantes quanto o Lui, trazendo mais cera – produto de menor valor. Enquanto Silva Porto lá residiu em 1863, 15 caravanas descarregaram na cidade em cerca de oito meses, uma média de aproximadamente duas caravanas por mês, sendo sete delas provenientes do Bié¹⁷⁰.

Para além da compra de marfim no Lui, os recursos comprados no litoral tinham diversos usos no comércio caravaneiro. Um dos principais gastos operacionais das caravanas era o pagamento de tributos de passagem, as chamadas quibandas¹⁷¹, para passarem em segurança no território de cada soba. Os valores variavam de um sobado para outro, tendendo a serem mais caros para os grandes reinos – mas que também ofereciam maior estabilidade e segurança no caminho, sendo vários os relatos de conflitos entre sertanejos e sobas, chegando às vezes a rusgas armadas, e atualizações constantes dos caminhos a serem realizados para manter a segurança das caravanas¹⁷².

Além disso, Isabel Castro Henriques destaca que europeus não conseguiam compreender o total significado do imposto de passagem. Para além do domínio político militar, a caravana era obrigada a pagar impostos de passagem porque os carregadores que formavam essa comitiva não iriam desrespeitar as regras de circulação de pessoas, respeitando não só o soberano, mas também os espíritos que protegiam os portos, rios e caminhos de passagem. Assim, ao pagarem o imposto, o presente seria uma forma de aliciar os espíritos,

¹⁷⁰ BPMP. Ms. 1238. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 3º - BIS, p. 8–62.

¹⁷¹ Sobre a quibanda, Silva Porto dá a seguinte definição: "Quibanda. Ganda ou Onganda no mesmo idioma. É dada segundo o prestígio de qualquer chefe, e ocasiões se têm dado de rejeição; contudo, usam retribuí-la mas a fim de se não ficar em débito tem lugar segundo presente da parte do sertanejo.". BPMP. Ms. 1235. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 1º, p. 8. (17/05/1846).

¹⁷² BARROCAS, Deolinda; SOUZA, Maria de Jesus, As populações do hinterland de Benguela e a passagem das caravanas comerciais (1846-1860), In: *A Dimensão Atlântica da África - II Reunião Internacional de História da África*, São Paulo/Rio de Janeiro: CEA/USP/SDG/Marinha, 1997, p. 95–107. Existem alguns poucos comentários de Silva Porto sobre o valor da quibandas no período estudado. Em 11 de novembro de 1866, comenta que o soba de Quicuma, região no caminho entre o Bié e Benguela, exigiu, assim como “outro qualquer senhor da terra”, uma quibanda equivalente ao valor de um escravo. BPMP. Ms. 1239. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 4º, p. 69-70. (11/11/1866). Em outro apontamento, de 9 de março de 1865, Silva Porto também comenta pagar para o soba e macotas do Bié quibanda no valor de 3 escravos, que seria devolvida, com a exigência da chefia de um pagamento no valor de quatro escravos. BPMP. Ms. 1237. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 3º, p. 409. (09/03/1865).

neutralizando-os ou colocando-os a serviço da comitiva, consistindo também em uma ação de reconhecimento do que a autora chamou de fronteira dos espíritos¹⁷³.

Apesar de obrigatória, a quibanda funcionava em um sistema de troca de dádivas, geralmente sendo retribuídas por presentes dos sobas, que tipicamente entregavam animais e mantimentos – que eram recursos de grande importância para serem constantemente adquiridos, dado a grande população de carregadores que formavam as caravanas¹⁷⁴.

Tais carregadores eram remunerados, ao contrário do que ocorria na região do Corredor do Cuanza, na qual os tratados de vassalagem contraídos pelos sobas incluíam o direito de arregimentação forçada de carregadores para o carroto¹⁷⁵. No Planalto, esse recrutamento era realizado a partir dos pombeiros, os quais recebiam alguns dos pacotes de fazendas a serem enviadas para o interior – os banzos – e com eles poderiam contratar a sua própria célula de carregadores, sendo homens livres, dependentes ou escravos. Assim, para além dos dependentes e escravos do próprio sertanejo, os chamados quimbares¹⁷⁶, juntavam-

¹⁷³ Em um comentário bastante perspicaz, Henriques entende que as fronteiras em geral têm duplo significado: definir os contornos de um espaço político e econômico que depende de determinada autoridade, mas também o de obrigar o estrangeiro a reconhecer a sua impotência frente às regras de circulação definidas por essa autoridade. HENRIQUES, Isabel Castro, *O Pássaro do Mel - Estudos de História Africana*, Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 158–159, 167–169. Sem entrar na temática dos espíritos, Margarido também entende os portos de passagem como tentativa de impedir o avanço das caravanas, além de reter mercadorias importadas nas mãos dos chefes. MARGARIDO, *Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus*, p. 396–397. Considero, no entanto, que Henriques não explorou nesse texto a grande margem de manobra das chefias que reivindicavam essa intermediação sobrenatural. Nesse sentido, Beatrix Heintze mostra como chefias das margens do rio Kwango manipulavam essas prerrogativas de suas posições, utilizando de boatos para disseminar o terror entre carregadores de caravanas expedicionárias europeias, tentando impedir os seus avanços. HEINTZE, Beatrix, *A África Centro-Occidental no Século XIX (c. 1850-1890): Intercâmbio com o Mundo Exterior, Apropriação, Exploração e Documentação*, Luanda: Kilombelombe, 2013, p. 210–215.

¹⁷⁴ No entanto, vale registrar a crítica que o antropólogo Arjun Appadurai faz à tendência explicativa de distinguirem drasticamente a permuta e troca de mercadorias, produto de atitudes calculistas e anti-sociais, das trocas de presentes, que fortaleceriam ligações sociais. Tal tendência deriva, portanto, de uma divisão simplista e romântica entre sociedades capitalistas e não-capitalistas, ignorando que as sociedades capitalistas também operam por padrões culturais, e as não-capitalistas também operam com lógicas calculistas e impessoais. Portanto, mesmo que a retribuição e a linguagem de aliança marquem a narrativa da quibanda, não se pode perder de vista o interesse dos sobas do caminho de, acima de tudo, acumular produtos importados vindos das caravanas. APPADURAI, Arjun, Introdução: Mercadorias e a Política de Valor, *In: APPADURAI, Arjun (Org.), A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 24–27.

¹⁷⁵ Sobre as diferenças entre o contrato de carregadores entre as regiões a Norte e a Sul das margens do Cuanza ver: SANTOS, *Fissuras no discurso abolicionista português*; HEINTZE, *Pioneiros africanos*, p. 67-68.

¹⁷⁶ Quimbares, segundo Silva Porto, era o nome que se dava aos escravos dos brancos. SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, *Viagens e Apontamentos*, volume 2º, p. 28-29. (04/01/1861). Maria Emília Madeira Santos complementa a informação, explicando que os quimbares eram os serviços permanentes do próprio sertanejo, sendo homens livres (dependentes) ou escravos. SANTOS, *Nos caminhos de África*, p. 16. No entanto, em outra passagem, o próprio sertanejo comenta que no interior utilizavam de forma generalizada esse termo para chamarem todos os bianos e negociantes que vinham do planalto. BPMP. Ms. 1238. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, Volume 3º - BIS, p. 83. (07/12/1863).

se a eles várias pequenas comitivas de cada pombeiro, além de outras comitivas independentes que aproveitavam a companhia da caravana maior para atravessarem o seu respectivo caminho de forma mais segura¹⁷⁷, podendo uma caravana chegar a ser composta por milhares de membros, tendo registros de 3000 ou até 5000 pessoas¹⁷⁸.

Os pombeiros e seus carregadores eram pagos por viagem, independentemente de quanto ela durasse, sendo pagos ao final, quando alcançavam a casa do sertanejo no Bié. Como já dito, cada carregador também geralmente levava junto de si suas mulheres, filhos e escravos, que auxiliavam no carregamento dos objetos pessoais do carregador e toda uma série de atividades que estavam envolvidas na manutenção da viagem.¹⁷⁹ A vida em caravana envolvia, para além do carregamento de cargas, a construção de acampamentos, com frequência a caça de animais silvestres, a construção de canoas e pontes para atravessar rios mais largos, além de várias outras tarefas¹⁸⁰.

Com as suas partes dos banzos, os pombeiros e seus dependentes poderiam, com a devida permissão do chefe do país, fazer viagens subsidiárias após o estabelecimento da chefia da caravana na corte do Lui, podendo eles próprios fazerem suas permutas sem darem contas ao sertanejo – portanto, os próprios carregadores, nessas condições, tornavam-se pequenos comerciantes, possibilitando mobilidade geográfica e social que dificilmente vivenciariam nas comunidades agrárias e estamentais nas quais residiam¹⁸¹.

¹⁷⁷ SANTOS, Introdução (Trajectória do Comércio do Bié), p. 87–88, 101–102.

¹⁷⁸ O número de 5000 membros aparece em: SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos de um Portuense em África, volume 1º, p. 126–127. (14/02/1852). Deolinda Barrocas e Maria de Jesus Souza, baseadas em um outro apontamento de Silva Porto, chegam a falar de caravanas para o interior com 4000 membros. BARROCAS; SOUZA, As populações do hinterland de Benguela, p. 97. No entanto, Henriques considera pouco provável que caravanas ultrapassassem a faixa de 1500 pessoas, por causa das dificuldades de gestão e de abastecimento de que tamanha quantidade de trabalhadores exigiria. HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola*, p. 408.

¹⁷⁹ HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola*, p. 407; HEINTZE, *Pioneiros africanos*, p. 279–280. Para além da manutenção da subsistência dos carregadores, as mulheres e crianças eram fundamentais para os carregadores puderem transportar cargas extras para a permuta no caminho. HEYWOOD, Linda M., *Porters, Trade and Power: The Politics of Labor in the Central Highlands of Angola, 1850-1914*, In: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; LOVEJOY, Paul E (Orgs.), *The Workers of African Trade*, Beverly Hills: Sage Publications, 1985, p. 251, 257–258.

¹⁸⁰ Para uma descrição da diversidade de atividades que envolviam essa vida em caravana, ver: GONÇALVES. “Abril, Águas Mil”: a vida na caravana para além dos Fardos, In: *Apontamentos Vindos dos Sertões*, p. 111-120.

¹⁸¹ HEYWOOD, *Contested power in Angola*, p. 1-30; HENRIQUES, *Os pilares da diferença*, p. 393–413. Henriques, mesmo reconhecendo que o comércio permitiu ascensão econômica e política de grupos que eram excluídos da política linhageira das chefias africanas, considera que o pagamento em fazendas geralmente era prejudicial ao trabalhador africano, já que, ao contrário do ganho monetário, tratava-se de um produto de difícil acumulação por iniciativa própria, sendo que os carregadores mais astutos buscavam trocá-las sempre que podiam por produtos de mais fácil acumulação, como marfim e escravos. HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola*, p. 410–411. Essa ambiguidade dos trabalhadores do comércio africano, de serem ao

Além dos gastos com o caminho e com a mão de obra, um dos maiores custos do comércio sertanejo envolvia o pagamento de mucanos. A palavra “mucano” significava “litígio”, mas também era usada nas compensações pagas entre africanos por causa de práticas criminosas, ou seja, mucano era ao mesmo tempo o crime e a multa para compensá-lo. o sistema de mucanos com frequência penalizava sertanejos pelas suas ações realizadas tanto no Bié, quanto pelo caminho – sendo responsáveis também pelo pagamento de crimes dos quais eram acusados os seus dependentes e escravos, e com alguma frequência por causa de crimes realizados por outras caravanas que, por serem imprescritíveis, poderiam ser transferidos para o chefe da caravana seguinte a passar pelo local¹⁸².

Os mucanos poderiam ser cobrados pelo caminho, mas também geralmente os envolvidos iam pessoalmente (ou enviavam emissários) até a casa do sertanejo no Bié para cobrar o mucano – que poderia ser contestado na libata grande do soba, no chamado Tribunal de Mucanos. Silva Porto registrou com frequência em seus diários a revolta com as acusações e com a arbitrariedade de mucanos que teve de pagar, registrando a contabilidade e justificativa de cada um dos mucanos que pagou durante sua carreira no seu Memorial de Mucanos¹⁸³.

Às margens do Império...

mesmo tempo trabalhadores e pequenos comerciantes, aplica-se a vários contextos diferentes, como foi apontado no Capítulo introdutório de Catherine Coquery-Vidrovitch e Paul Lovejoy em coletânea clássica sobre o tema. COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; LOVEJOY, Paul E, *The Workers of Trade in Precolonial Africa*, In: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; LOVEJOY, Paul E (Orgs.), *The Workers of African Trade*, p. 17–19.

¹⁸² FERREIRA, *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World*, p. 99-100. Vale destacar que, como Silva Porto explica em 1846, era procedimento padrão nas caravanas de que se proibissem, na véspera da partida, entre os membros destas que cobrassem mucanos do chefe durante a viagem – se não se comprometessem a tal juramento, deveriam retornar às suas casas antes da saída. SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, *Viagens e Apontamentos*, volume 1º, p. 3. (17/05/1846).

¹⁸³ Roquinaldo Ferreira e Catarina Madeira-Santos analisaram os processos de transformação dos tribunais de mucanos diante da expansão do comércio atlântico de escravos, destacando tanto a incorporação desses espaços ao sistema jurídico híbrido da sociedade colonial, quanto a apropriação de sujeitos africanos desses tribunais como instrumento de reivindicação, servindo inclusive para enfrentar a escravização. FERREIRA, *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World*, p. 88-125; MADEIRA-SANTOS, Catarina. *Esclavage africain et traite atlantique confrontés : transactions langagières et juridiques (à propos du tribunal de mucanos dans l'Angola des XVIIe e XVIIIe siècles)*. *Brasil(s)*, 1 | 2012, p. 127-148, 2012. No entanto, indo contra determinação do próprio soba do Bié, a maioria dos mucanos registrados por Silva Porto em seu memorial não foram levados ao tribunal, preferindo pagar o valor exigido diretamente ao litigante e encerrando a contenda com um juramento recíproco. O sertanejo justifica sua escolha por considerar que muitas vezes era mais barato o pagamento direto do que os gastos envolvidos com dádivas ao soba e cortesãos da libata grande – para além da falta de garantia do sucesso. SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, *Viagens e Apontamentos*, volume 2º, p. 12, 168. (30/11/1860; 01/09/1861); SGL. Res. 1 – Past. E – nº 2. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira. *Memorial de Mucanos*, 13 de agosto de 1841.

Como já dito, ao final da viagem de uma caravana, a primeira ação que era realizada era o pagamento dos carregadores; na sequência, era enviada uma dádiva ao soba do Bié. Enquanto administrava no seu estabelecimento no Bié as várias comitivas que estavam simultaneamente viajando pelo interior do continente, o sertanejo cuidava de sua própria lavoura, com a qual conseguia mantimentos para a caravana e às vezes complementação dos ganhos do comércio¹⁸⁴.

Além disso, era comum que chefes de sobados próximos ao Bié enviassem emissários aos sertanejos para pedirem dádivas, as comedorias de que o macota grande se refere na citação que abre o texto, que geralmente eram pagas a contento para evitar conflitos posteriores com esses sobas quando as caravanas passarem por suas terras¹⁸⁵. Como apontou Alfredo Margarido, esses cálculos eram feitos pela absoluta falta de simetria nas relações de poder entre os agentes portugueses e as autoridades africanas, sendo inclusive entendidos pelo autor como estratégias contra hegemônicas que permitiam, mesmo na posição subalterna, que esses agentes comerciais mantivessem certa lucratividade e regularidade dos ganhos¹⁸⁶.

Para manter a circulação de produtos sem colocar em risco todo o investimento, os sertanejos administravam várias caravanas enviadas para regiões diferentes, para assim ter retornos constantes de viagens que podiam demorar vários meses até voltarem ao Bié. Além disso, tinham como estratégia, sempre que chegassem gêneros, já enviarem para Benguela, assim como não manter as fazendas por muito tempo paradas no estabelecimento, para que não fossem todas gastas em dádivas e mucanos. Dessa forma, tomando como exemplo o ano de 1861, no qual Silva Porto passou inteiro em Belmonte, saíram do Bié 11 de suas caravanas – seis para Benguela e as outras cinco para o interior; enquanto entraram no mesmo território nove de suas caravanas - sendo delas cinco vindas de Benguela e quatro do interior¹⁸⁷.

Para além do risco real de roubos durante o caminho, que com frequência eram registrados contra caravanas de Silva Porto ou de outros membros da rede de sertanejos do

¹⁸⁴ Quando estabelecido em Benguela, por exemplo, Silva Porto tentou manter uma lavoura de algodão, assim como uma feitoria de urzela. No seu estabelecimento em Belmonte, próximo à corte de Ecovongo, eram plantadas raízes como mandiocas e batatas, além de milho e trigo. Por causa da semelhança climática do Planalto Central com Portugal, também era comum que os sertanejos tentassem reproduzir plantas europeias como figueiras e videiras.

¹⁸⁵ SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 2º, p. 12. (28/11/1860). Mesmo quando o soba do Bié dá autorização a Silva Porto para expulsar os pedintes de seu estabelecimento, o sertanejo decide por não praticar tal ação para não criar inimigos. *Ibid.*, p. 281. (29/05/1862).

¹⁸⁶ MARGARIDO, Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus, p. 397.

¹⁸⁷ SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 2º, p. 27–216.

Bié (tanto de cargas, quanto de carregadores – para serem escravizados)¹⁸⁸, são frequentes as reclamações dos “vexames” aos quais os sertanejos estavam sujeitos ao se encontrarem longe do domínio da administração colonial portuguesa. Os conflitos com as chefias africanas, incluindo a corte do Bié, eram vários e geralmente envolviam o pagamento de mucanos ou de tributos de passagem suplementares (para além das já citadas contendidas armadas).

Reverberando a sugestão de Rodrigues Graça de formar um destacamento militar para subjugar o soba do Bié e inspirados pela campanha militar de Francisco Sales Ferreira contra Kasanje realizada em 1850, naquele mesmo ano mais de 40 sertanejos realizaram um abaixo assinado enviado para o Conselho Ultramarino solicitando o envio de uma expedição militar de conquista para o Bié, inclusive apontando os valores que cada sertanejo se comprometia a pagar em troca da expedição – antecipando, portanto, possíveis alegações de falta de recursos. A ausência de resposta do Conselho, no entanto, sugeria que, para a administração colonial, ao contrário de Kasanje, o Estado do Bié não impedia o funcionamento do comércio na região, entendendo que o comércio deveria auxiliar a conquista portuguesa, e não o contrário¹⁸⁹.

O próprio envio dos diários de Silva Porto para a metrópole, com informações sobre geografia, riquezas naturais, clima, usos e costumes dos nativos tinha claro interesse de fomentar uma futura expansão colonial, tendo sempre o tom ufanista, não à toa dedicando tais volumes “Aos meus patriotas”. Com frequência, acompanhado de lamentos sobre conflitos com africanos, comenta que tal ocasião poderia ser evitada quando neste local estivesse hasteada a “bandeira das quinas” (a bandeira de Portugal)¹⁹⁰.

A década de 1860 foi marcada pelos os crescentes gastos financeiros e o desgaste do comércio sertanejo da região, principalmente por causa do alto custo de viagem e da concorrência crescente no mercado do Lui vinda de comerciantes africanos de outras regiões: da Bisa e de Zanzibar, vindos da costa oriental do continente, assim como de Kasanje e, principalmente, da região do Cabo. Tal concorrência não só tornava mais caro o marfim, mas também diminuía a quantidade de pontas disponíveis por operação, forçando os sertanejos a fazer viagens para outras regiões, cujas condições de troca eram cada vez piores. Além disso, os riscos característicos das operações sertanejas, somados às piores condições de permuta

¹⁸⁸ Miller relaciona a formação desses grupos armados de bandoleiros com o avanço das fronteiras de escravização. MILLER, *Way of death*, p. 148–149, 157, 168.

¹⁸⁹ SANTOS, *Nos caminhos de África*, p. 6–8.

¹⁹⁰ SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, *Viagens e Apontamentos*, volume 2º, p. 168–173. (02/09/1861).

levaram muitos desses sujeitos à falência durante essa década¹⁹¹. No entanto, é importante entender que as constantes reclamações presentes nos cadernos devem ser vistas também como artifício discursivo de legitimação para a ocupação territorial da região.

... por dentro dos sobados

A relação com os sobados não só tornava possível o acesso a regiões que distavam em muito dos presídios portugueses, cujos recursos naturais não eram mais encontrados em regiões de fácil acesso a europeus, mas também em diversas ocasiões trouxe consideráveis vantagens comerciais a esses negociantes, que se especializaram na mediação com tais chefias africanas. Devido aos crescentes sequestros causados às caravanas do Bié durante a década de 1840, sem possibilidade de confiarem a salvaguarda do caminho a autoridades portuguesas como a do presídio de Caconda¹⁹², em 1852 os sertanejos decidem fazer um acordo com o soba D. João Bongue (ou Mbonge), do Bailundo, para poderem passar em segurança para Benguela. Tal acordo, firmado por Silva Porto, possibilitou a estabilização por mais de dez anos de uma rota essencial para a praça mercantil do Bié, possibilitando que caravanas fizessem ida e volta em cerca de 20 dias, o que era cerca de 1/3 ou até mesmo 1/4 do tempo que Silva Porto já chegou a gastar no mesmo trajeto. Para além do caminho seguro, a aliança com o soba Bongue trouxe diversas vantagens para Silva Porto, como as ocasiões em que emissários deste soba enviaram para Belmonte cargas de Silva Porto roubadas no caminho, assim como escravos fugidos¹⁹³. O próprio sertanejo acabou eventualmente por admitir, sobre Bongue, que "tem-se portado como cavalheiro para comigo este soba, não obstante o seu estado de selvagem; e o seu egoísmo nos pedidos"¹⁹⁴.

¹⁹¹ Linda Heywood e Maria Emília Madeira Santos também apontam a importância do crescimento do comércio da borracha, em expansão nessa mesma década, dominado por caravanas chefiadas por africanos, muitos deles antigos pombeiros de sertanejos, que conseguiam fazer caravanas menores e mais ágeis, ocupando espaço de proeminência no mercado do que se tornaria no final do século o segundo maior produto de exportação de Angola, perdendo somente para o café. HEYWOOD, *Porters, Trade and Power*, p. 243–268; SANTOS, *Introdução (Trajectória do Comércio do Bié)*, p. 166–185.

¹⁹² Sendo inclusive atacados por ordem do capitão do presídio em 1847. BARROCAS; SOUZA, *As populações do hinterland de Benguela*, p. 96–99. Para mais sobre a história de Caconda e seu papel para a interiorização e atuação dos sertanejos na região, ver: CANDIDO, *An African Slaving Port*, p. 245–275.

¹⁹³ SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, *Viagens e Apontamentos*, volume 2º, p. 13, 23, 105. (03/12/1854; 23/12/1860; 15/04/1861).

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 105. (15/04/1861). A relação histórica entre o governo português e o reino do Bailundo mereceria um texto à parte. No século XVIII, esse sobado africano se fortaleceu por causa da penetração da escravização nos afluentes da margem sul do rio Kwanza, vendendo escravos para ingleses e franceses a partir de 1750, em

Além disso, a experiência do comércio nos sertões faz Silva Porto compreender ser mais viável lidar com procedimentos a partir das lógicas políticas das sociedades africanas. Em abril de 1863, enquanto residia em Benguela, chegaram à cidade duas caravanas em dias consecutivos, uma vinda de Caquingue e a outra do Bié, ambas com fraudes nos pães de cera – misturados no meio da massa farinha, areia e impurezas, para aumentar o peso do produto¹⁹⁵. Mesmo reconhecendo que, no interior, abrir um pão de cera com um machado seria impossível - por ser considerado mucano, Silva Porto condena quando o governo de Benguela propõe um projeto de fiscalização da cera que, além de trazer nova taxa sobre o produto, resultaria no incentivo a que os africanos desviassem suas caravanas para Luanda. A correção do abuso deveria se resumir à penalização que houve aos chefes das caravanas supracitadas, que, ao retornarem ao interior, distribuiriam a notícia por todos os pontos, inibindo a fraude temporariamente¹⁹⁶; seguindo, portanto, a lógica de circulação de informações e práticas do próprio comércio africano de longa-distância.

Em outro caso envolvendo fraudes em gêneros, nesse caso em um carregamento de aguardente que vem para o Bié em outubro de 1861, Silva Porto soube utilizar das hierarquias sociais africanas para inibir a repetição do embuste. Com a reclamação do soba do Bié que uma ancoretta de aguardente, entregue em dádiva por Silva Porto, tinha seu conteúdo aguado, o sertanejo mandou verificar e constatou que duas ancoretas tinham passado por tal fraude no caminho, sendo seu conteúdo original retirado e o volume completado com água. Tratando-se de carga originalmente sob a responsabilidade de pombeiros contratados no reino do Bailundo, Silva Porto enviou emissários ao soba desse Estado para cobrar a indenização. Os

Benguela Velha. Em busca de manter o monopólio sobre esse comércio, o governo colonial entrou em guerra contra esse sobado entre 1773 e 1775, sendo um dos maiores confrontos militares em Angola do século XVIII. A vitória do governo colonial aumentou o respeito dos portugueses na região, sendo que o próprio soba Bongue, por ocasião do tratado com Silva Porto, mesmo destacando sua imponentia frente aos outros africanos, afirmou que acataria a todas as ordens do governo de vossa Majestade [portuguesa]. BPMP. Ms. 1235. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 1º, p. 233–238 (05/05/1852); MILLER, Angola central e sul por volta de 1840, p. 30–31; CANDIDO, An African Slaving Port, p. 298-302.

¹⁹⁵ BPMP. Ms. 1238. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 3º - BIS, p. 26. (19/04/1863; 20/04/1863) Um pão de cera geralmente pesava 60 libras. Com a expansão do comércio no interior do continente, Henriques afirma que tanto os negociantes europeus, quanto os africanos, tinham práticas generalizadas de fraudes para a pesagem dos gêneros permutados. A autora acredita inclusive que, a desconfiança e alegação de fraudes por parte dos interlocutores, incentivava as artimanhas uns dos outros como compensação das possíveis perdas na negociação. HENRIQUES, *Os pilares da diferença*, p. 405.

¹⁹⁶ BPMP. Ms. 1238. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 3º - BIS, p. 44, 55. (21/07/1863; 27/08/1863). O grande potencial das caravanas de longa distância de espalhar notícias, informações e boatos pelo interior do continente levaram Heintze a afirmar, por analogia, que as caravanas comerciais funcionavam como se fossem a “internet do século XIX”. HEINTZE, *Pioneiros africanos*, p. 381-413.

emissários, mesmo antes de chegarem a ter contato com o soba, não passaram da povoação dos pombeiros, que suplicaram para que a questão não chegasse ao soberano, retornando os pombeiros junto dos emissários a Belmonte, e assim pagando a condenação e os prejuízos da fraude¹⁹⁷.

Portanto, mesmo que não se tratassem de condições ideais e desejadas de manutenção do comércio, os sertanejos se apropriaram de lógicas africanas, sabendo que lidar com as regras sociais das chefias do interior era condição incontornável para a sobrevivência de tal atividade comercial¹⁹⁸. Além disso, a prática no interior tornou-os, não sem embates e descaminhos, mediadores especialistas no trato com as comunidades africanas, sabendo utilizar desse saber também para seus próprios interesses econômicos, tornando-se importantes agentes do chamado “comércio lícito”, cada vez mais conectado com as demandas internacionais de um mercado capitalista em expansão.

Considerações finais

A expansão da zona atlântica de Angola durante o século XIX foi um processo complexo e multifacetado. Os séculos de conexão comercial do interior do continente com as demandas oceânicas provocaram profundas transformações sociais naquela que foi a principal origem de homens e mulheres escravizados e deportados para as Américas. Mesmo depois da proibição e posterior desaparecimento desse infame comércio, a intensa circulação de mercadorias que alimentavam a demanda atlântica de, principalmente, marfim e cera, interferiu diretamente no exercício do poder e na ascensão de novas identidades africanas como protagonistas dessas práticas econômicas. Por isso, esse texto faz coro com o apontamento que Jan Vansina já havia feito na década de 1960, de que estudar as rotas

¹⁹⁷ SGL. Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, Viagens e Apontamentos, volume 2º, p. 187–188, 193. (15/10/1861; 16/10/1861; 27/10/1861).

¹⁹⁸ Tal percepção inclusive não é nem uma particularidade do interior de Angola, ou mesmo do período do chamado comércio lícito. Felipe Malacco chegou a conclusão similar em texto sobre o protagonismo comercial africano nas trocas nas margens do rio Gâmbia durante os séculos XVI e XVII. MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira, Protagonismo Comercial dos Fulas, Mandingas e Jalofos - Rio Gâmbia, 1580-1630, in: REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido de; MOTA, Thiago Henrique (Orgs.), *Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos*, Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 139.

comerciais de longa distância é um esforço fundamental para entender a história cultural e política da África¹⁹⁹.

Essas transformações podem ser analisadas a partir do ponto de vista dessa malha de diversos agentes sociais envolvidos no comércio que, mais do que pioneiros, ou representantes de um colonialismo multissecular, alimentavam uma vasta multiplicidade de projetos e aspirações, individuais e coletivas. Reconhecendo o incontestado controle das chefias africanas sobre os caminhos e suas bases de atuação, esses agentes tiveram que lidar com as estruturas econômicas e sociais que definiam os termos das suas atividades cotidianas, não de forma passiva, e sim mobilizando essas estruturas para conseguirem manter a lucratividade dos seus empreendimentos.

Por esses motivos, defendemos que tal processo não só é fundamental dentro da história das origens do colonialismo português moderno²⁰⁰ - ou seja, do chamado Terceiro Império Português, orientado para a colonização da África. Mas também, o seu estudo pode configurar uma potencial contribuição para a história social dessas sociedades africanas do Planalto Central angolano, em que, como dito anteriormente, o comércio e os comerciantes ganharam ao longo do século XIX crescentemente mais importância dentro de sua organização política e econômica, no processo que Linda Heywood chegou a chamar de “Revolução Comercial”²⁰¹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias:

a) *Publicadas*

GRAÇA, Joaquim Rodrigues. Expedição ao Muatayanvua: Diário de Joaquim Rodrigues Graça. Manuscrito Original da Sociedade de Geographia de Lisboa. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, v. 8 e 9, p. 367–468, 1890. (9).

¹⁹⁹ VANSINA, Jan, Long-Distance Trade-Routes in Central Africa, *The Journal of African History*, v. 3, n. 3, 1960, p. 388.

²⁰⁰ Essa é uma alusão ao clássico livro de Valentim Alexandre: ALEXANDRE, Valentim, **Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)**, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

²⁰¹ HEYWOOD, Linda M., **Contested power in Angola**, p. 1–30.

b) *Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)*

Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, volume 1º*. 1846-1854.

Res. 2 – C – 6. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, volume 2º*. 1860-1862.

Res. 1 – Past. E – nº 2. Silva Porto, António Francisco Ferreira. *Memorial de Mucanos*, 13 de agosto de 1841. 1841-1885.

c) *Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP)*

Ms. 1235. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África, volume 1º*. 1846-1854.

Ms. 1236. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África, volume 2º*. 1854-1862.

Ms. 1237. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África, volume 3º*. 1863-1866.

Ms. 1238. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África, volume 3º - BIS*. 1863-1864.

Ms. 1239. SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África, volume 4º*. 1866-1868.

Bibliografia:

ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político Português (séculos XIX-XX). *Penélope - O Imaginário do Império*, n. 15, p. 39–52, 1995.

_____. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

_____. Portugal em África (1825-1974): uma Perspectiva Global. *Penélope*, n. 11, p. 53–66, 1993.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferreiros e Fundidores da Ilamba. Uma História Social da Fabricação de Ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII)*. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.

APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a Política de Valor. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 15–88.

ARMITAGE, David. Three Concepts of Atlantic History. In: ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (Orgs.). *The British Atlantic World, 1500-1800*. New York: Palgrave Macmillan, 2002, p. 11–27.

BARROCAS, Deolinda; SOUZA, Maria de Jesus. As populações do hinterland de Benguela e a passagem das caravanas comerciais (1846-1860). In: *A Dimensão Atlântica da África - II*

Reunião Internacional de História da África. São Paulo/Rio de Janeiro: CEA/USP/SDG/Marinha, 1997, p. 95–107.

BEATTIE, Peter M. 'ReCapricorning' the Atlantic. *Luso-Brazilian Review*, 45: 1, p. 1-5, 2008.

CANDIDO, Mariana. Os Agentes Não-Europeus na Comunidade Mercantil de Benguela, c. 1760-1820. *Saeculum - Revista de História*, v. 29, n. João Pessoa, p. 97–124, 2013.

_____. *An African Slaving Port and the Atlantic world: Benguela and its Hinterland*. New York: Cambridge University Press, 2013.

_____. *Fronteras de esclavización: Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. México: El Colegio de México, 2011.

CEITA, Constança do Nascimento da Rosa Ferreira. A Transculturalização de Silva Porto na África Central – Viyè – Século XIX. *Mulemba*, v. 5, n. 10, p. 185–232, 2015.

_____. *Silva Porto na África Central – Viye / Angola: História Social e Transcultural de um Sertanejo (1839-1890)*. Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; LOVEJOY, Paul E. The Workers of Trade in Precolonial Africa. In: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; LOVEJOY, Paul E. (Orgs.). *The Workers of African Trade*. Beverly Hills: Sage Publications, 1985, p. 9–24.

DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 315–343.

_____. O Kabuku Kambilu (c. 1850-1900): uma identidade política ambígua. In: ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE ANGOLA (Org.). *Actas do Seminário: Encontro de povos e culturas em Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 13–53.

_____. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill R. (Orgs.). *O Império africano: 1825-1890*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 319–556. (Col. Nova História da Exp. Port., vol. X).

FERREIRA, Roquinaldo. Abolicionismo versus Colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX). In: GUEDES, Roberto (Org.). *África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 95–112.

_____. Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul. *Varia Historia*, v. 29, n. 51, p. 679–695, 2013.

_____. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860*. Luanda: Kilombelombe, 2012.

_____. *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil During the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____. “Ilhas Crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*, n. 155, p. 17–41, 2006.

GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 741–757, 2006.

GONÇALVES, Ivan Sicca. *Apontamentos Vindos dos Sertões: negociação, comércio e trabalho nas Caravanas de António Francisco Ferreira da Silva Porto (década de 1840)*. Campinas: Coleção Monografias IFCH/UNICAMP, 2019.

HEINTZE, Beatrix. *A África Centro-Occidental no Século XIX (c. 1850-1890): Intercâmbio com o Mundo Exterior, Apropriação, Exploração e Documentação*. Luanda: Kilombelombe, 2013.

_____. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África séculos XV - XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2004.

_____. *O Pássaro do Mel - Estudos de História Africana*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

_____. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

HEYWOOD, Linda M. *Contested power in Angola: 1840s to the present*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2009.

_____. Porters, Trade and Power: The Politics of Labor in the Central Highlands of Angola, 1850-1914. In: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; LOVEJOY, Paul E (Orgs.). *The Workers of African Trade*. Beverly Hills: Sage Publications, 1985, p. 243–268.

MADEIRA-SANTOS, Catarina. Esclavage africain et traite atlantique confrontés : transactions langagières et juridiques (à propos du tribunal de mucanos dans l'Angola des XVIIe e XVIIIe siècles). *Brésil(s)*, 1 | 2012, p. 127-148, 2012.

MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira. *O Gâmbia no Mundo Atlântico: fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno (1580-1630)*. 2ª edição. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

_____. Protagonismo Comercial dos Fulas, Mandingas e Jalofos - Rio Gâmbia, 1580-1630. In: REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido de; MOTA, Thiago Henrique (Orgs.). *Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 115–143.

MARGARIDO, Alfredo. Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.). *Actas da 1.ª RIHA - Relação Europa-África no 3.º Quartel do Século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p. 383–406.

_____. Les Porteurs: forme de domination et agents de changement en Angola (XVIIe-XIXe siècles). *Revue française d'histoire d'outre-mer*, v. 65, n. 240, p. 377–400, 1978.

MILLER, Joseph C. Angola central e sul por volta de 1840. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 32, n. Rio de Janeiro, p. 7–54, 1997.

_____. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1740-1830*. Madison, Wis.: Univ. of Wisconsin Pr., 1988.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. The Gendered Dimension of Trade: Female Traders in Nineteenth Century Luanda. *Portuguese Studies Review*, v. 23, n. 2, p. 93–121, 2015.

OPPEN, Achim Von. *Terms of Trade and Terms of Trust: The history and contexts of pre-colonial market production around the Upper Zambezi and Kasai*. Münster: Lit Verlag, 1994.

RODRIGUES, Eugénia & CANDIDO, Mariana P. Apresentação: Cores, classificações e categorias sociais: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI a XIX. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 44, n. 3, p. 401-408, 2018.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. Fissuras no discurso abolicionista português: o serviço de carregadores e a colonização da África centro-ocidental. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011.

SANTOS, Maria Emília Madeira. Introdução (Trajectória do Comércio do Bié). In: SILVA PORTO, António Francisco Ferreira da. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986, v. 1, p. 13–216.

_____. *Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

SEBESTYÉN, Éva. Escravização, escravidão e fugas na vida e obra do viajante-explorador húngaro László Magyar (Angola, meados do século XIX). In: DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos; GUEDES, Roberto (orgs.). *Doze Capítulos sobre Escravizar Gente e Governar Escravos - Brasil e Angola - séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, p. 291-312.

SILVA, Daniel B. Domingues da. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1780-1867*. New York: Cambridge University Press, 2017.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora UFRJ ; Fapesp, 2002.

THOMPSON, Estevam C. Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX. *Africana Studia*, v. 25, n. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, p. 33–69, 2015.

_____. O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX). *Temporalidades*, v. 4, n. 2, p. 80–102, 2012.

VANSINA, Jan. Long-Distance Trade-Routes in Central Africa. *The Journal of African History*, v. 3, n. 3, p. 375–390, 1962.

VELLUT, Jean-Luc. Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900). *Études d'Histoire africaine*, t. III, 1972, p. 61-166.